

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO

Relevante ou irrelevante?

Mara Juttel Barni¹

Curso de Educação Física Escolar
Instituto Catarinense de Pós-Graduação

Ernani José Schneider

Didática da Educação Física Escolar
Instituto Catarinense de Pós-Graduação

Resumo

A Educação está passando por um processo de transição, de um repensar do seu papel dentro da sociedade atual e que cidadão se quer formar neste contexto. E a Educação Física como parte integrante da Educação institucionalizada através da escola, também vem sofrendo modificações. A partir das mudanças surgidas em função da aprovação da nova LDB (Lei de Diretrizes e Bases), Lei nº 9.394/96 de 20/12/1996, a Educação Física, especialmente a ministrada no Ensino Médio noturno, vem sofrendo uma gradativa exclusão dentro da escola enquanto componente curricular. Nosso objetivo neste trabalho é buscar uma maior compreensão do papel da Educação Física para os adolescentes que freqüentam no Ensino Médio, tendo como referência o que a legislação vigente neste país apresenta sobre ela e o que encontramos em produções literárias que possam subsidiar a visão que se tem sobre a Educação Física escolar neste país.

Palavras chave: Educação - Educação Física – Ensino Médio – Adolescente

1. INTRODUÇÃO

A Educação é um processo que atua na formação do homem, que está presente em todas as sociedades humanas e é inerente ao homem como ser social e histórico. Sua existência está fundamentada na necessidade de formar as gerações mais novas, transmitindo-lhes seus conhecimentos, valores e crenças dando-lhes possibilidades para novas realizações. O próprio conceito de Educação está sujeito a um evoluir histórico, conforme o modo de existir e de pensar das diferentes épocas (GONÇALVES, 1997).

A Educação brasileira encontra-se neste processo de evolução, de transformação, no sentido de rever qual é o seu papel e que rumos deve seguir frente a esta sociedade globalizada e em constantes mudanças.

Com a nova LDB, que regulamenta a Educação Brasileira, a Educação Física, como parte integrante desta educação, também está passando por um processo de repensar qual o seu papel dentro da Escola, frente às mudanças que esta Lei trouxe para ela.

O que se pretende com este artigo, é fazer uma leitura sobre as mudanças ocorridas na Educação Física do Ensino Médio, em especial a dos cursos noturno, analisando o que diz a Lei sobre este componente curricular. Como os legisladores e os profissionais da Educação

¹ marabarni@bol.com.br

Física vêm esta disciplina dentro da instituição Escola. E também as colaborações que esta disciplina pode vir a ter para os adolescentes, principais frequentadores dos cursos do Ensino Médio e que na sua maioria já estão no mercado de trabalho.

Sabemos que a Educação Física, pouco a pouco, tem buscado o seu lugar ao sol dentro da escola, como uma fonte de conhecimento necessário para a construção de um novo cidadão, mais completo, mais integrado e consciente de seu papel na sociedade a qual pertence. Buscamos com este trabalho, abrir os olhos, tanto dos profissionais da Educação Física como das demais áreas do conhecimento, para que possam ver o grande valor da Educação Física para os alunos e da sua colaboração para uma Educação total do homem.

2. A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO COMPONENTE CURRICULAR NO ENSINO MÉDIO

A Educação Física como integrante da escolarização básica, na qual o Ensino Médio encontra-se inserido, aparece contemplada na atual estrutura curricular da Educação brasileira, na área de Linguagens e Códigos e suas Tecnologias.

Para um melhor entendimento da Educação Física como componente curricular, faz-se necessário um levantamento de informações de como esta vem sendo encarada desde a sua inserção na Educação brasileira.

Nota-se hoje, que a Educação Física, e em especial a do Ensino Médio, é um componente que em grande parte das vezes, é marginalizado, discriminado, desconsiderado, chegando até por vezes a ser excluído dos projetos políticos pedagógicos de algumas escolas. Afirma Santin (1987, p.46) que:

A Educação Física nem sempre foi considerada de capital importância, nem mesmo por alguns de seus profissionais, porque não é posta como uma real educação humana, mas apenas como suporte para atividades esportivas, acabou sendo uma disciplina dispensável.

Para poder-se entender melhor a questão da Educação Física que encontramos nos dias de hoje é necessário nos perguntarmos: será que sempre foi assim? Será que no decorrer dos tempos esse componente curricular foi alvo de exclusão/preconceito? Será que existe hierarquia dos saberes escolares? E o que se pensa da Educação Física, dentro da instituição escola, nos dias de hoje?

É necessário então, para tentarmos responder estes questionamentos, analisarmos a evolução da Educação Física no Brasil, enquanto componente curricular ou disciplina pedagógica. Gonçalves (1997, p.135) coloca que:

Ao longo da história, a Educação Física como instituição, do mesmo modo que a Educação, representou diferentes papéis, adquiriu diferentes significados, conforme o momento histórico, e tem sido utilizada, muitas vezes, como instrumento do poder, para veiculação de ideologias dominantes e preservação do *status quo*.

Assim sendo, a Educação Física foi implantada no currículo em 1882 com o parecer de Rui Barbosa e, nas décadas finais do século XIX e nas primeiras do século XX, este componente curricular esteve sob forte influência militar. Seu ensino, por sua vez, baseava-se nas relações em que o professor assumia o papel de instrutor e o aluno de recruta, enaltecendo a questão da disciplina, da obediência e subordinação às ordens por parte dos alunos.

Para atingir, como República recém instalada o lema “Ordem e Progresso”, era de fundamental importância formar indivíduos fortes e saudáveis, para que estes pudessem

defender a pátria e os seus ideais, legitimando assim, o enaltecimento do desenvolvimento da aptidão física dentro da Educação Física.

Simultaneamente à influência militar, a influência médica deixou suas marcas através dos princípios higienistas e eugenistas da Educação Física. Os hábitos saudáveis, higiênicos e a perspectiva de aprimorar cada vez mais a raça humana estavam em voga. Esses ideais foram norteadores de todo o pensamento da época, principalmente na década de 30, resultando numa forte concepção da Educação Física como perspectiva biológica, onde o aspecto físico reinava. A Educação Física tinha como objetivo, formar o indivíduo “perfeito”, o homem forte e saudável.

Com estes ideais o caráter médico, gradativamente, vai se infiltrando nas aulas de Educação Física e passa a sobrepor o pedagógico, assumindo assim esta disciplina um papel que não era o seu, e afastando-se, portanto de sua verdadeira função enquanto componente curricular.

Após o período das Grandes Guerras, começa a aparecer uma nova concepção, a qual chamou-se de “desmilitarização” da Educação Física começando então a emergir o pensamento desportivo.

Dentro desta nova perspectiva, as personagens da escola incorporaram novos papéis. O professor assumia o papel de treinador, enquanto que ao aluno correspondia o de atleta. Este período pode ser reconhecido como período de grandes características exclusivas no campo escolar, pois os jovens que não fossem “talentos ou prodígios esportivos” eram desconsiderados. Os indivíduos “comuns” que não apresentassem tanto destaque nas modalidades esportivas eram marginalizados e conseqüentemente, excluídos.

O esporte passou a ocupar cada vez mais espaço nas aulas de Educação Física, enaltecendo assim, as marcas de rendimentos, os recorde, a competitividade, a performance e os índices físicos. Embora, em todos esses momentos houvesse um caráter tecnicista, o auge dessa influência foi mais forte nos anos 70, onde se estreitam os vínculos entre esporte e nacionalismo.

Na década de 80, surge uma nova tendência onde o enfoque passou a ser o desenvolvimento psicomotor do aluno, a qual Gonçalves (1997, p.142) chamou de psicopedagogização da Educação Física. Nesta tendência teve-se grande preocupação com o psicológico: com o desenvolvimento da inteligência por meio da atividade física, onde se buscava construir no aluno atitudes consideradas socialmente desejáveis, tais como a autonomia, a sociabilidade, a cooperação, o espírito de equipe, etc.

A partir dos anos 80 a Educação Física entrou num processo de crise de identidade. Muitos profissionais começaram a trabalhar de forma espontaneista, onde os conteúdos, objetivos, critérios de avaliação, entre outros, ficaram indefinidos, levando a educação física a uma falta de identidade, sem que os princípios básicos do ensino deste componente curricular fossem esclarecidos.

Assim sendo, a Educação Física escolar que temos hoje no Ensino Médio, é o resultado das várias influências recebidas na sua trajetória enquanto componente curricular. Afirma Gonçalves (1997, p.135) que:

[...] na sociedade brasileira, por exemplo, a Educação Física escolar assumiu funções com tendências militaristas, higienistas, de biologização e de psicopedagogização, tendências ligadas a momentos históricos e que, ainda hoje permeiam sua prática.

Atualmente a Educação Física começa a lutar por sua legitimidade, querendo assim, conquistar um lugar de respeito junto aos demais componentes curriculares. A Educação Física está em busca de seus princípios fundamentais, questionando quais são seus objetivos, seus conteúdos, suas metodologias de modo à dizer da sua importância junto aos demais saberes escolares. Segundo Mattos & Neira (2000, p.25):

[...] para inserir a Educação Física dentro do currículo escolar e coloca-la no mesmo grau de importância das outras áreas conhecimento é através da fundamentação teórica, da vinculação das aulas com os objetivos do trabalho, da não improvisação e, principalmente, da elaboração de um plano que atenda às necessidades, interesses e motivação dos alunos.

Desta forma, a Educação Física está lutando para ser compreendida como parte integrante da cultura escolar, isto é, enquanto um componente que desenvolve atividades expressivas dos alunos tais como: jogos, ginásticas, danças esportes, brincadeiras, lutas... enfim, como um componente que prime pela produção de cultura do educando.

3. AS LEIS E A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO

A Educação Física vem sendo incluída, no rol das disciplinas que fazem parte do currículo das escolas responsáveis pela Educação regular, através de leis de ordem Federal e Estadual, sendo estas criadas conforme necessidades que surgem em função das realidades vividas pelo país e mundo.

Até o ano de 1996, a Educação Física do Ensino Médio era regida pela Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971, que em seu artigo 7 descrevia: “Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programas de saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º grau ...”

Atualmente, a Educação Física no Ensino Médio, contemplada na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu artigo 26, no parágrafo 3º, estabelece: “A Educação Física integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação, ajustando-se às faixas etárias e as condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”.

Em 2001, através da Lei nº 10.328, foi acrescentado a esta lei anteriormente citada, a palavra “obrigatória” após componente curricular. Sendo assim, a Educação Física no Ensino Médio é obrigatória, salvo para os cursos no período noturno, onde a mesma fica sendo facultativa.

Em função destas mudanças ocorridas através do texto da nova LDB, referente a Educação Física no Ensino Médio, alguns questionamentos surgem: É facultativa para quem? Escola ou aluno? Que aspectos foram observados pelos legisladores para estabelecer que as aulas de Educação Física devam ser facultativas aos alunos do Ensino Médio que o cursam no período noturno?

Temos então, o parecer nº 5/97 do Conselho Nacional de Educação que esclarece: “Certamente à escola caberá decidir se deseja oferecer Educação Física em cursos que funcionam no horário noturno. E ainda que o faça, ao aluno será facultado optar por não freqüentar tais atividades, se esta for a sua vontade”. Completando, a instrução normativa nº 002/99 da Secretaria de Estado da Educação e Desporto de Santa Catarina, estabelece que:

“caso a escola opte pela inclusão no currículo, esta deverá ser oferecida em horário extra-classe”.

O que justifica, que a escola ao optar por ter em seu currículo aulas de Educação Física, não possa realizá-la no mesmo período das demais disciplinas, como ocorre com o Ensino Médio no período diurno, se a mesma possui profissional habilitado e condições físicas adequadas para as aulas neste período.

A questão das aulas de Educação Física extra-classe para o Ensino Médio noturno, apresentam uma série de problemas que inviabilizam serem freqüentadas pelos alunos. A maioria dos alunos que freqüentam os cursos do Ensino Médio no período noturno são adolescentes entre 15 a 18 anos e que já estão, em grande parte, no mercado de trabalho, motivo este pelo qual já optaram por estudar neste período do dia. Como então, este jovem poderá optar em realizar as aulas se, está comprometido com o seu trabalho?

Outra questão a ser levantada é o ônus a mais, aos alunos ou pais dos alunos, principalmente nos centros maiores, que para freqüentarem as aulas em dois turnos, nem sempre consecutivos, dependem de transporte público para chegarem aos estabelecimentos de ensino.

Com relação ao espaço físico que a escola disponibiliza para as aulas de Educação Física, que em muitas escolas já é reduzido, e que durante o dia já se encontram ocupados com as aulas das turmas do período diurno, dificultam a realização das aulas extra-classe do Ensino Médio noturno.

Para exemplificar, vejamos a realidade da E.E.B. Cacilda Guimarães de Vidal Ramos, Santa Catarina. Os alunos que freqüentam o Ensino Médio noturno deste estabelecimento de ensino, na sua quase totalidade, já estão no mercado de trabalho, um dos motivos por estarem estudando neste período. Destes alunos, em torno da metade, são do meio rural aonde a única forma para se deslocar à escola é através do transporte escolar oferecido pela prefeitura somente neste período. Como então estes alunos irão freqüentar as aulas extra-classe? Será que estes alunos não necessitam também o direito de usufruírem os conhecimentos que esta disciplina proporciona a seus alunos, como os que freqüentam o Ensino Médio no período diurno? O que acaba ocorrendo é, que esses alunos do período noturno, diante das dificuldades que a própria lei estabelece, passam o ano do Ensino Médio sem ter contato com a disciplina de Educação Física.

Será que aos alunos que trabalham, sejam aqueles que realizam atividades que requeiram mais esforço físico ou aquelas que dispendam pouca energia nas suas tarefas diárias, não têm direito a Educação Física eficiente, de modo que todos tenham condições de realizá-la e dela tirar proveitos tanto nos aspectos físicos, mental, social e emocional?

Para Santin (1987, p.50) a Educação Física poderia pensar em atividades variadas, capazes de eliminar as tensões físicas e psíquicas e também capazes de recuperar o equilíbrio afetado por atividades e posturas monótonas, produzidas pelas especialidades profissionais surgidas em função do desenvolvimento científico e tecnológico.

Um outro fator que leva alguns alunos à não optarem por freqüentar as aulas de Educação Física é, que os adolescentes se encontram descontentes com os conteúdos ou com a forma de atuação dos professores. As experiências acumuladas nos anos do Ensino Fundamental, onde por vezes a Educação Física mostrou-se ser elitista, voltada para o mais forte, o mais rápido, o mais habilidoso, onde o resultado e a marca eram supervalorizados.

Onde o aluno não produziu grandes alterações cognitivas nesta área do conhecimento. As atividades eram realizadas sem se saber o porque ou para que. Para estes alunos, a Educação Física acabou se tornando, uma atividade sem muita contribuição para o seu crescimento pessoal.

A Educação Física no Ensino Médio, e em especial no noturno, encontra-se em uma situação constrangedora, parece não ser de fundamental importância à Educação do aluno, pois o mesmo tem direito pela lei de optar em frequentá-la ou não. Mas por acaso, alguma Lei permite ao aluno o direito de optar em ter ou não aulas de Matemática, História, Português ou Geografia?

A principal mudança que a nova LDB trouxe para a Educação Física no Ensino Médio foi a “desobrigatoriedade” das aulas de Educação Física no período noturno. Com isto, percebe-se a pouca informação que os legisladores possuem sobre o papel da atividade física do ponto de vista formativo: psicomotor, cognitivo, emocional e bioenergético.

4. AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO

Como já comentamos anteriormente, as práticas pedagógicas adotadas pela Educação Física são decorrentes do processo histórico que esta disciplina passou para se firmar como componente curricular. No Ensino Médio, as práticas pedagógicas mais observadas nas aulas de Educação Física, ainda são aquelas em que a aptidão física e o rendimento são enaltecidos através da grande utilização do ensino do esporte.

O professor acaba valorizando de forma excessiva o rendimento através de medidas e avaliações na qual privilegia aqueles alunos que possuem melhores aptidões desportivas, colaborando com a competição e a formação de elites em detrimento dos princípios educacionais. A Educação Física acaba assumindo um caráter de treinamento ou adestramento do movimento corporal, onde a principal função é formar ao atleta capaz de realizar o gesto desportivo com máximo rendimento. Sendo assim, a Educação Física no Ensino Médio acaba sendo colocada a serviço do esporte e não o contrário...

O que se vê, muitas vezes, é que:

[...] as aulas de Educação Física não fogem às características gerais das outras disciplinas, em relação ao controle do corpo. Não se constituem, em geral, como se deveria esperar, em momentos de autênticas experiências de movimento, que expressam a totalidade do ser humano, mas, sim, desenrolam-se com o objetivo primordial de disciplinar o corpo. Esse objetivo é alcançado pela realização de movimentos mecânicos, repetitivos, isolados, sem sentido para o aluno, dissociados de afetos e lembranças, presos a padrões e transmitidos por comando pelo professor. O tempo e o espaço são determinados pelo professor, bem como as ações motoras a serem realizadas. Essas em geral são guiadas por um plano, elaborado unicamente pelo professor, distante das experiências de movimentos livres que o aluno tem fora da escola. Desta forma, não permitindo que os alunos formem os seus próprios significados de movimentos, as aulas de Educação Física conduzem-nos à passividade e à submissão, desencorajando a criatividade. (GONÇALVES, 1997, p. 36)

Felizmente já podemos verificar que a Educação Física, nesta última década, está tentando modificar esta visão reinante até os dias de hoje. Novas propostas pedagógicas dentro da Educação Física vêm surgindo e sendo discutidas no âmbito da sua funcionalidade dentro da escola. Dentre as várias concepções, destacamos algumas que achamos mais voltadas para a Educação Física no Ensino Médio:

Aptidão Física e Saúde Renovada – Seus principais representantes são Markus V. Nahas e Dartagnam P. Guedes e tem por base a Fisiologia. Esta concepção de Educação Física além dos aspectos práticos, aborda também conceitos e princípios teóricos que possam proporcionar subsídios aos escolares, no sentido de tomarem decisões quanto à adoção de hábitos saudáveis de atividades físicas ao longo de toda vida.

As atividades físicas vivenciadas na infância e na adolescência se caracterizam como importantes colaboradores no desenvolvimento de atitudes, habilidades e hábitos que podem auxiliar na escolha de um estilo de vida ativo fisicamente na idade adulta.

Portanto, o objetivo da Educação Física no Ensino deva ser ensinar os conceitos básicos da relação entre atividade física, aptidão física e saúde.

Educação Física Plural – Seu principal representante é Josimar Daólio e tem por base a antropologia social. A concepção Educação Física Plural encara o movimento humano enquanto técnica construída culturalmente e definida pelas características de determinado grupo social; considera todo gesto sendo uma técnica corporal por ser uma técnica cultural.

Esta abordagem procura fazer que as diferenças entre os alunos sejam percebidas, e seus movimentos, expressões frutos de sua história de corpo, sejam valorizados independente do modelo considerados “certo” ou “errado”.

Nesta concepção, a Educação Física Escolar não deve se colocar como aquela que escolhe qual a técnica que deve ser ensinada/aprendida, mas deve ter como tarefa ofertar uma base motora necessária, a partir da qual o aluno possa praticar as atividades desenvolvidas de forma eficiente.

Na Educação Física Plural considera-se que os alunos são diferentes e que na aula, para alcançar todos os alunos, deve-se levar em conta estas diferenças. A pluralidade de ações implica aceitar que o que torna os alunos iguais é justamente a capacidade dos mesmos se expressarem diferentemente. (SHIGUNOV & NETO, 2001, p.87)

Crítico Superadora – Destaca-se como representantes um coletivo de autores: Valter Bracht, Lino Castellani Filho, Michele Ortega Escobar, Carmen Lúcia Soares, Celli Taffarel e Elizabeth Varjan. Esta concepção surgiu a partir da publicação do livro intitulado “Metodologia do Ensino da Educação Física”, em 1992 e tem por base a Sociologia e a Política.

A concepção Crítico-Superadora tem seu embasamento no discurso da justiça social no contexto da sua prática, onde se busca levantar questões de poder, interesse e contestação, fazendo-se uma leitura à luz da crítica social dos conteúdos. Ao professor cabe o papel de orientar a leitura da realidade e, onde o aluno, de forma crítica, pode constatar, interpretar, compreender e explicar a mesma.

Esta concepção pode ser tida como uma reflexão pedagógica e desempenha um papel político pedagógico, porque encaminha propostas de intervenção em determinada direção e possibilita uma reflexão sobre a ação dos homens na realidade.

Dizem os autores que:

Todo educador deve ter definido seu projeto político pedagógico...É preciso que tenha bem claro: Qual o projeto de sociedade e de homem que persegue? Quais os

interesses de classe que defende? Quais os valores, a ética e a moral que elege para consolidar através de sua prática? Como articula suas aulas com este projeto maior de homem e de sociedade? (1992, p.26)

A Educação Física nesta concepção é entendida como uma disciplina que trata do jogo, da ginástica, do esporte, da dança, a capoeira e de outras temáticas como sendo um conhecimento da cultura corporal de movimento, e esta cultura corporal compreendida como o conjunto de atividades culturalmente produzidas pelo homem e historicamente situadas.

Crítico- Emancipatória – Seu principal representante é Elenor Kunz e tem por base a Sociologia e a Filosofia. A concepção Crítico-Emancipatória está centrada na possibilidade de ensinar os esportes pela sua transformação didático-pedagógica, de tal modo que a Educação contribua para a reflexão crítica e emancipatória das crianças e jovens. É pelo questionamento crítico que se chega a compreender a estrutura autoritária dos processos institucionalizados da sociedade que formam as convicções, interesses e desejos.

Para o autor:

O aluno enquanto sujeito do processo de ensino deve ser capacitado para sua vida social, cultural e esportiva, o que significa não somente a aquisição de uma capacidade de ação funcional, mas a capacidade de conhecer, reconhecer e problematizar sentidos e significados nesta vida através da reflexão crítica (KUNZ, 1994, p.31).

O autor coloca que esta concepção precisa, na prática, estar acompanhada de uma didática comunicativa, que se orienta pelo desenvolvimento de uma capacidade questionadora e argumentativa consciente do aluno sobre os assuntos abordados em aula.

Esta concepção pretende o resgate da linguagem do movimento humano, que é o objeto central do trabalho pedagógico da Educação Física Escolar, como forma de expressão de entendimento do mundo social.

A concepção Crítico-Superadora através da sua fundamentação quer “[...] trazer novos valores pedagógicos para a Educação Física e assim auxiliar na difícil tarefa de legitimá-la enquanto prática pedagógica que contribui na formação de uma cidadania” (KUNZ, 1994, p.108).

Podemos observar que novas propostas de prática pedagógica para Educação Física já se fazem presente no cenário nacional, porém de forma ainda restrita. Para que a Educação Física no Ensino Médio se torne reconhecida como um componente curricular relevante à formação integral do aluno, é necessário que o profissional da Educação Física tenha o domínio do conhecimento científico nas suas ações pedagógicas para substanciar junto aos demais saberes escolares o valor da prática da Educação Física para a construção de novos cidadãos.

5. A EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO E O ADOLESCENTE

As aulas de Educação Física no Ensino Médio são freqüentadas na sua quase totalidade por alunos que se encontram na fase do desenvolvimento humano denominada adolescência. Nesta fase da vida, o aluno sofre grandes transformações de ordem física, cognitiva e psicossociais. Período repleto de contestações, de rebeldias, de indignações e que muitas vezes na escola, nós professores, assim como muitos pais, chamamos de “aborrescência”, talvez por não entendermos bem o processo que passa o aluno nesta fase.

Etimologicamente, a palavra adolescência vem do verbo latino *adolescere*, que significa crescer ou desenvolver até a maturidade. Para as sociedades, principalmente as ocidentais, a adolescência é o período da vida humana que ocorre durante a segunda década da vida, aproximadamente dos 12 ou 13 anos até mais ou menos 20 anos, admitindo-se evidentemente consideráveis variações tanto de ordem individual, como de ordem cultural (ROSA, 1996,p.43).

Na adolescência, meninos e meninas, sofrem profundas transformações físicas: rápido crescimento em altura e peso, alterações nas proporções e formas do corpo e a maturidade sexual; sendo que estas transformações ocorrem em momentos diferentes para os dois sexos.

O corpo surge soberano, inábil e desproporcional e o adolescente precisa saber lidar e entender este novo corpo. Assim, “os movimentos do adolescente já não são mais simplesmente o desabrochar, a manifestação do equilíbrio corporal, são elementos de uma cultura” (MATTOS & NEIRA, 2000, p.94).

Nesta fase ainda, ocorrem modificações no pensamento do adolescente, caracterizado por uma maior autonomia e rigor em seu raciocínio. Segundo Piaget (apud PAPALIA & OLDS, 2000), os adolescentes ingressam no nível mais alto do desenvolvimento cognitivo, a fase das operações formais, quando desenvolvem a capacidade do pensamento abstrato ou teórico. Essas abstrações ou teorias fazem o adolescente ser capaz de pensar por hipótese. Começa a pensar no futuro, a planejar seu trabalho no presente e futuro e a antecipar como gostaria que o mundo mudasse para tornar possível a realização de seus sonhos e aspirações.

Outro fator importante da adolescência é a formação da identidade, a construção da personalidade. Vários questionamentos surgem com relação ao seu corpo, aos valores existentes, às escolhas que deve fazer, ao que se exige dele, ao seu lugar na sociedade. E na solução dos questionamentos que aparecem neste período do desenvolvimento humano, três grupos sociais influenciam o adolescente na construção da sua identidade: a família, o grupo de amigos e a escola.

Desta forma, podemos verificar que a Educação Física, como parte integrante da Escola, tem a sua colaboração na construção do ser humano em desenvolvimento. Este aluno que frequenta o Ensino Médio necessita de uma Educação Física que possa através de seus conteúdos, das atividades desenvolvidas, colaborar na formação de sua personalidade e de sua participação ativa na sociedade.

A Educação Física no Ensino Médio precisa fazer o adolescente entender e conhecer o seu corpo como um todo, não só como um conjunto de ossos e músculos a serem treinados, mas como a totalidade do indivíduo que se expressa através do movimento, sentimentos e atuações no mundo (DAÓLIO apud MATTOS & NEIRA, 2000, p.94).

Sendo assim, a Educação Física deve fazer parte da educação como um todo, não sendo considerada uma matéria a parte do currículo das escolas, mas uma matéria rica para o desenvolvimento cognitivo, físico e psicossocial do aluno do Ensino Médio.

A Educação Física através dos esportes, jogos, danças, ginástica, lutas ... que fazem parte da cultura corporal historicamente produzida, pode oferecer aos alunos “experiências que lhes façam adquirir um código ético, dentro de uma vivência da responsabilidade de suas ações diante do outro que lhe está próximo, e diante da realidade social como um todo” (GONÇALVES, 1997, p.93).

Reconhecendo a importância da Educação Física na construção do aluno como cidadão em todos os seus aspectos, questionamos o fato de que, os adolescentes do Ensino Médio noturno que trabalham e não podem realizar as aulas extra-classe, são privados das vivências que a prática desta disciplina proporciona nesta fase do seu desenvolvimento.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos constatar que com instituição da nova LDB, a Educação Física teve que repensar o seu papel dentro da Escola, especialmente no Ensino Médio, onde a mesma passou a ser considerada uma disciplina optativa nos cursos noturnos e, não mais obrigatória, como estabelecia a Lei anterior.

Para muitos profissionais da área foi necessário fazer uma análise sobre o que levou a Educação Física a ser, de certa forma, excluída no Ensino Médio noturno, pois para a grande maioria dos alunos torna-se impossível freqüenta-la em outro turno como prevê a lei.

Perde com isto o aluno, que acaba passando o Ensino Médio sem ter contato com esta disciplina e não podendo usufruir os benefícios que esta pode lhe proporcionar. Perde o profissional da área, pois vê diminuir o mercado de trabalho em função da diminuição do número de aulas oferecidas pelos estabelecimentos de ensino.

Talvez possamos dizer, que o profissional da Educação Física também tenha uma parcela de culpa na situação deste componente curricular dentro do Ensino Médio. O professor muitas vezes, na sua prática pedagógica, ficou muito centrado à especialização das modalidades esportivas, na qual o aluno repetia uma série de movimentos de forma mecânica, sem sentido para o mesmo.

Mas mudanças já podem ser sentidas. Novas concepções de Educação Física vêm emergindo, no sentido de legitimar, através de novas práticas pedagógicas a importância desta disciplina, junto as demais, para a formação integral do adolescente que freqüenta o Ensino Médio.

Há que se pensar também, para a melhoria da qualidade da Educação Física, na formação do profissional através dos Cursos Superiores. Que os mesmos, durante a capacitação para a formação do profissional contemplem estas novas práticas pedagógicas, para que se possa ter uma visão mais holística do ser humano.

É necessário que os profissionais da Educação Física, enquanto educadores, produzam no interior da Escola, junto aos seus alunos, uma mentalidade crítica, visando uma transformação da ordem social estabelecida.

A principal luta da Educação Física no Ensino Médio é torna-la um componente curricular de extrema relevância para o adolescente, onde o mesmo possa através dela perceber o mundo que o cerca, e qual o seu papel na construção de uma nova sociedade mais justa e igualitária.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Lei Federal 5692/71, 11 de agosto de 1971. Reforma do ensino: diretrizes e bases para o ensino de 1 e 2 graus. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1981.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n 9.394/96, de 20/12/1996

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

GONÇALVES, Maria Augusta S. Sentir, pensar, agir: corporeidade e educação. São Paulo: Papyrus, 1997.

KUNZ, Elenor. Transformação didático-pedagógica do Esporte. Ijuí: Unijuí, 1994.

MATTOS, Mauro G. & NEIRA, Marcos G. Educação Física na adolescência: construindo o conhecimento na escola. São Paulo: Phorte Editora, 2000.

PAPALIA, Diane E. & OLDS, Sally W. Desenvolvimento humano. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

ROSA, Merval. Psicologia Evolutiva: psicologia da adolescência. Petrópolis: Vozes, 1996.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Instrução Normativa 002/99. Orienta quanto ao ensino e prática da Educação Física nas Unidades Escolares da Rede Estadual de Ensino. Florianópolis, 1999.

SANTIN, Silvino. Educação Física: uma abordagem filosófica da corporeidade. Ijuí: Unijuí, 1987.

SHIGUNOV, Viktor. & NETO, Alexandre S. A formação profissional e a prática pedagógica: ênfase nos professores de Educação Física. Londrina: Midigraf, 2001.